

Armando Malheiro da Silva
Maria Luiza Tucci Carneiro
Stefano Salmi
Coordenação

R epública,
Republicanismo
e Republicanos
Brasil • Portugal • Itália

Stefano Salmi

EM NOME DE DEUS E DO POVO:
A REPÚBLICA ROMANA DE 1849: REFLEXÕES SOBRE UM PACTO
DE CIDADANIA

Há já muitíssimo tempo, não existe mais nenhum de nossos principais intelectuais que coloque a Nação como centro de suas reflexões (se muito, assistimos da parte deles exercícios de estilo sobre seleção nacional de futebol ou de qualquer outro esporte), e para ser completamente sinceros, nós mesmos não conseguimos nos lembrar de uma ocasião em que o termo patriota não seja substituído por circunlóquios mais ou menos felizes, do tipo combatente pela liberdade ou pela Democracia ou qualquer outra coisa que sugira nobres propósitos, todas circunlocações edificantes, mas ineficazes para exprimir que o herói em questão agia, em primeiro lugar, movido por um fortíssimo senso de pertencimento nacional. Quando depois acontece do patriota ser timidamente citado em um discurso público, não deixa de causar na maioria dos presentes uma agitação de hilaridade reprimida, mais do que um sentimento de profundo respeito. Atualmente, para concluir, tornou-se praticamente impossível invocar a pátria, os patriotas, a Nação, etc. Arrisca-se ser considerados ultrapassados e melodramáticos, no pior dos casos, quem se aventura no uso de termos tão fora de uso pode até correr o risco de ser suspeito de nostalgias autoritárias e antidemocráticas.

Mas se já é considerado quase criminoso (ou pior, ridículo) gastar a mínima retórica pela Nação, isso absolutamente não acontece para outros assuntos mesmo que estreitamente ligados ao tema da Nação. Nunca como agora, em que o sentimento nacional alcançou seu mínimo histórico, somos continuamente atacados e

soterrados pela retórica europeísta, até o ponto de se ter criado em muitas pessoas a bizarra ideia de que importantes datas políticas nacionais devam necessariamente ser guiadas pelo calendário europeu. Nunca como agora a participação na UE é tão intimamente vivida como o expediente para resolver, através de um infalível *deus ex machina*, todos nossos atrasos históricos, esquecendo o pequeno particular que a Europa exige, antes de tudo, a participação de nações conscientes de sua identidade, de pátrias, para usar uma palavra que não agrada mais aos italianos.

E juntamente com a retórica europeísta, outras palavras de ordem relativas à direitos. A retórica dos direitos é, como se fosse possível, ainda mais incômoda do que a europeísta e — sob muitos aspectos — até mais perigosa. Na prática, já não existe mais nenhum grupo organizado, por mais setorial que possa ser, que não apenas reivindique — como é justo — um tratamento paritário diante da lei e com relação ao resto da sociedade, mas que não pretenda ser titular de toda uma série de direitos particulares distintos dos do resto da comunidade. O desgosto que a direitomania pode nos causar é consequência direta da petulância desses grupos de pressão, tão mais barulhentos e vociferantes quanto mais expressarem interesses e gostos particulares. E se essa vociferação pelo próprio “particular” pode ser incômoda, mas também algumas vezes divertida (é inútil dar exemplos de grupos de pressão em que seu pleito, infelizmente, não se preste à zombaria fácil e ao comentário vulgar), não deve, porém, nos deixar esquecer os graves perigos de que é portadora. Antes de mais nada, corremos o risco de nos fazer perder a consciência de que o consumo de direitos não é mais do que o pagamento de uma produção de deveres por parte do indivíduo e da comunidade e que a alteração desse equilíbrio não pode deixar de trazer a perda de todos os direitos por parte de todos (não é preciso ser um fino exegeta do pensamento de Mazzini para compreender essa verdade elementar). Em segundo lugar, perigo mais insidioso do que o primeiro, a retórica (talvez fosse melhor dizer a prática) do direito a qualquer custo e em qualquer condição está levando ao definitivo desaparecimento da velha ideia de cidadania, não mais entendida como lugar de encontro entre desenvolvimento do sentido de identidade nacional e a evolução histórica dos direitos e dos deveres que acompanham este desenvolvimento, mas muito mais simples e banalmente, como uma simples somatória de direitos/deveres para a serem garantidos constitucionalmente ou até mesmo por via legislativa. Mas pensando assim, deixa-se de lado o detalhe elementar de que na

civilização ocidental a cidadania, ainda antes de encontrar uma codificação positiva, nasce dentro da Nação, uma Nação que sempre mostrou ser muito mais do que um mero compartimento espacial ou linguístico, dentro do qual recitar o drama da história, mas que foi — principalmente — o lugar cultural do qual foram retirados os instrumentos com os quais se edificou o moderno conceito de cidadania.

É nesse ponto que se chega ao momento das recriminações e de colocar no banco dos réus os culpados pelo escasso amor pátrio dos italianos (a missão universalista da Igreja, a juventude de uma Nação que tem pouco mais de um século de vida, o modo com que esta Nação se formou, a guerra perdida, a cultura dos partidos que dominaram os últimos 50 anos de vida política e sua ocupação dos centros vitais do País). Todas essas acusações são bem fundamentadas se tomadas individualmente, mas que ao final, em seu conjunto, levam à desanimadora conclusão de que se a Itália é tratada grosseiramente pelos parceiros comunitários apesar de seus propósitos europeístas e se há quem proponha irrefletidamente — com objetivos puramente eleitoreiros — estender selvagemmente a cidadania italiana a todos os trabalhadores estrangeiros presentes em nosso território, ignorando (ou fingindo ignorar) que a cidadania é algo de profundamente diferente da simples adição de direitos e deveres, mas retira sua linfa vital de um comum e compartilhado senso de identidade nacional, no fundo se trata de desgraças inevitáveis não tendo havido um só momento na história que tenha fornecido indicações exemplares pela definição da nacionalidade italiana.

Porém, a República romana de 1849 é o mais forte e solene desmentido dessa análise categórica da história da Itália. A República romana demonstra que o processo unitário italiano não respondeu apenas a um projeto de expansão territorial da dinastia sabauda, talvez apoiado pela alta burguesia ansiosa em aumentar sua influência sem ser impedida pela divisão em pequenos governos da Itália pré-unitária, mas respondeu principalmente à vontade do povo de dar as cartas para uma melhoria moral e material, contribuindo pessoalmente para a afirmação de um novo e moderno conceito de cidadania⁷⁷, uma cidadania

⁷⁷ Sobre a República romana como um autêntico ponto de virada do ressurgimento italiano em que as ideias românticas de nacionalidade compuseram-se pela primeira vez em um projeto concreto de renovação econômica e social, permanece ainda fundamental e não superado o clássico trabalho de DEMARCO, D. - *Una rivoluzione sociale. La Repubblica Romana del 1849*. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1992 (1ª ed., Nápoles 1944).

em que a indispensável expansão dos direitos, em que a libertação de antigos e ultrapassados vínculos, encontrava seu par natural na redescoberta das razões de uma filiação comum.

Uma redescoberta de antigas relações que, apesar das violentas sublevações que a contradisseram, não pode, por certo, ser atribuídas à fase inicial dos acontecimentos italianos de 1848. Estes acontecimentos⁷⁸, apesar de determinantes na deflagração dos acontecimentos europeus mais abrangentes de mesma data, foram de início movidos quase unicamente pelo desejo de modernizar os estados italianos então existentes, liberalizando sua economia e dotando-os de uma Constituição, mas negligenciando a importância de se fundar uma Nação coesa. O sonho neoguelfo de constituir uma federação italiana que partisse dos pequenos estados e das dinastias estabelecidas pelo Congresso de Viena e que colocasse no vértice dessa precária construção o Papa, foi o perfeito intérprete de um 1848 que não conseguia, ou não queria, tornar-se uma grande revolução nacional, mas se limitou, no início, a recorrer à tradição muito italiana de sublevações, talvez generosas, mas desordenadas e ineficazes por falta de um objetivo preciso, e retrospectivamente voltadas para um passado municipal mítico, que não tinha nenhuma possibilidade de ressuscitar. Se o 1848 tivesse sido apenas neoguelfismo, a Itália teria descido novamente do trem da Europa, no qual, durante o *Século das Luzes* e com o impulso determinante da revolução francesa, conseguira subir com dificuldade. A República romana, nascida exatamente dos escombros do sonho neoguelfo desmoronado nas costas de um Papa que, por mais desejoso que estivesse em aliviar os sofrimentos dos súditos, não podia reinar como soberano constitucional porque o Vigário de Cristo no exercício de suas prerrogativas temporais não podia admitir nenhum tipo de limitação⁷⁹, foi a

⁷⁸ Até hoje, continua fundamental no que diz respeito a uma visão de conjunto do ressurgimento, a obra de SPELLANZON, C. - *Storia del Risorgimento e dell'Unità d'Italia*. Milão: Rizzoli, 1933-1950, 5 vol., cujos volumes III, IV e V são dedicados a uma excelente narração dos acontecimentos de 1846 até Dezembro de 1848. Outras obras úteis, apesar dos muitos anos já transcorridos, para um enquadramento do 1848 italiano no mais vasto contexto europeu, ainda são SALVATORELLI, L. - *Prima e dopo il Quarantotto*. Turim: De Silva, 1948 e *Idem - La rivoluzione europea del 1848-49*. Milão, 1949. Também fundamental GRAMSCI, A. - *Il Risorgimento*. Turim, 1949, particularmente útil pela crítica ao 1848. Indicamos, por último, a clara síntese do período, feita por CANDELORO, G. - *Storia dell'Italia moderna*, III, *La Rivoluzione nazionale (1846-1849)*. Feltrinelli: Milão, 1991 (1ª edizione, 1960).

⁷⁹ Sobre o caráter completamente "apolítico" do pontífice que provocou, além de suas reais intenções, o 1848 italiano e que durante os tumultuados acontecimentos que levaram à queda do poder temporal, conseguia dedicar notável parte de seu precioso tempo à definição do dogma da Imaculada Conceção e

última chance que a história deu à Itália para não perder sua nacionalidade nas malhas universais de um papado temperado em molho neoguelfo. A unificação do País, mesmo se militarmente consumada pelos exércitos sabaudos e realizada em um rígido e sufocante quadro de conservação, não teria tido o impulso e a possibilidade de sucesso, sem a radical deterioração do papado operada pela República romana, e sem a marca nitidamente unitária e antitética ao federalismo de matriz neoguelfa, que somente esta soube dar.

30 de Abril de 1849. Uma parte relevante do corpo expedicionário francês desembarcado em Roma, em 24 de Abril, em Civitavecchia, avista Roma. O comandante da expedição militar, general Oudinot (ao qual foi dada a tarefa de extinguir à força a República romana), está absolutamente seguro de poder levar a melhor contra os defensores da Cidade Eterna empregando apenas uma parte do contingente, cerca de 6.000 homens. Para alguém que lhe sugeriu um possível cenário de dura resposta armada por parte dos atacados, parece que ele havia replicado com superficialidade e desprezo: “Os italianos não lutam”⁸⁰. No final da manhã, por volta das 11 horas, os franceses atacam pela Porta S. Pancrazio, Porta Cavalleggeri e os muros vaticanos. Ao final da tarde, os franceses são obrigados a uma retirada desordenada, tão desordenada que Garibaldi não hesita em segui-los pela via Aurelia e, se não fosse por uma ordem explícita do Triunvirato — e em particular de Mazzini, que na esperança de não quebrar todos os acordos com o Governo de Paris não pretendia levar imediatamente a luta ao extremo⁸¹ — teria sido sua intenção retomar os combates para poder expulsá-los até

à questão do patronato português na Índia, é imprescindível MARTINA, G. - *Pio IX (1846-1849)*. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1974. Pode-se também consultar com proveito, para situar historicamente o início do pontificado de Pio IX, R. Giovagnoli, *Ciceruacchio e Don Pirlone. Ricordi storici della Rivoluzione romana dal 1846 al 1849*, Roma, 1894; GHISALBERTI, A. M. - *Nuove ricerche sugli inizi del pontificato di Pio IX e sulla Consulta di Stato*. Roma, 1939; PALMAROCCHI, E. - *Alcuni aspetti della politica di Pio IX nei primi anni di governo*. In “Rass. Stor. del Risorg.”, 1936 e DEMARCO, D. - *Pio IX e la rivoluzione romana del 1848. Saggio di storia economico-sociale*. Módena, 1947.

⁸⁰ Ainda está em discussão se a célebre frase deve ser atribuída a Oudinot ou se era uma espécie de lugar comum que circulava entre as tropas francesas. Sobre as questão cfr. SEVERINI, M. (org.) - *La primavera della nazione. La Repubblica Romana del 1849*. Ancona: Affinità Elettive, 2006, p. 106.

⁸¹ Sobre a ação de Mazzini como principal promotor e mente política da breve vida da República romana cfr. BONOMI, I. - *Mazzini triunviro della Repubblica romana*, Turim, 1936; FALCO, G. - *Giuseppe Mazzini e la Costituente*. Florença, 1946; RODELLI, L. - *La Repubblica romana del 1849, con appendice di documenti*. Pisa, 1955 — que além de ser de extrema utilidade para reconstruir as relações entre o exilado de Genova e os democratas romanos é também talvez a obra geral mais equilibrada sobre os acontecimentos da República Romana — e, por fim, GHISALBERTI, A. M. - *Mazzini e la Repubblica dei Romani*. In “Il Risorgimento”, 1952.

o mar. No fim do dia, os franceses têm cerca de 250 mortos, 400 feridos e 300 prisioneiros nas mãos dos defensores da Urbe. As perdas romanas são em torno de 70 mortos e 120 feridos.

Não se deve acreditar que a opinião de Oudinot sobre as parcas atitudes militares dos italianos pudesse ser completamente atribuída a um preconceito estúpido. Se na primeira guerra da independência não faltaram episódios de valor, o que sem dúvida surgira desse primeiro importante lance militar pela nossa independência era, por um lado, a fraca decisão por parte piemontesa de conduzir uma guerra iniciada com o objetivo de expansão territorial e não para ir ao encontro dos impulsos de liberdade política e de independência que fizeram vibrar no mítico 1848 toda a península. Por outro, uma participação popular insuficiente na própria guerra, devido em grande parte à fortíssima desconfiança piemontesa em aceitar uma contribuição que, se podia resultar militarmente útil para combater a Áustria, arriscava, terminada a guerra, reforçar ainda mais os impulsos democráticos e também, é preciso admitir, à pouca propensão do povo para se empenhar em uma guerra regular. Isso não significa que o 1848 não tenha tido o povo como protagonista e as jornadas de Milão e de Brescia são seu mais vivo testemunho (calcula-se que em Brescia, a resistência às tropas de Haynau tenha custado de 600 a 1000 mortes), só que, em primeiro lugar, o povo que “fez” o 1848 foi um povo predominantemente urbano, enquanto o campo mostrava-se apático diante das transformações, se não até mesmo hostil; em segundo lugar, é preciso levar em conta que o 1848 teve uma forte componente municipalista com a conseqüência de que as classes humildes e a pequena burguesia, a “massa de manobra” que tinha sido determinante para as manifestações de praça e para erguer barricadas, estavam muito menos dispostas a se empenhar por objetivos maiores que não fossem as liberdades locais ou a concessão de uma constituição por parte dos governantes dos vários pequenos estados da Itália daquele tempo. Por último, mas não menos importante, a perspectiva de um reforço e uma ampliação territorial de um estado conservador como o piemontês, certamente não contribuiu para a mobilização para a guerra dos estratos mais frágeis da sociedade.

Não eram apenas os italianos que lutavam, o que de resto o 1848 conseguira demonstrar com as manifestações de praça e as barricadas⁸², e isso Oudinot

⁸² Para a história militar do ressurgimento, ainda hoje não superado, PIERI, P. - *Storia militare del*

deveria saber, mas se bem comandados e militarmente instruídos eram até mesmo capazes de atacar em campo aberto e talvez rechaçar as melhores tropas da Europa, e se isso não era exatamente uma novidade absoluta, foi um dado que nunca antes daquele 30 de Abril aparecera com tanta evidência. E como desculpa parcial para a depreciação de Oudinot, deve-se notar que a surpresa reuniu um pouco todos os observadores estrangeiros. Lewis Cass, representante dos Estados Unidos, informou seu governo desta maneira:

“O aparecimento de um inimigo estrangeiro fez pela República o que até agora não puderam fazer suas próprias providências, os abusos do Papado e a causa da liberdade. Milhares de pessoas, de indiferentes, converteram-se em ardentes e fortes defensores da República: o orgulho nacional os identifica com um governo que um inimigo estrangeiro invadiu o país para derrubar, e a cada dia a decisão ganha força e se estende até a mais extrema defesa”⁸³.

Se no entusiasmo do representante oficial dos Estados Unidos pode-se presumir uma forte simpatia pelos que lutavam defendendo instituições democráticas cuja fonte de legitimidade, como nos Estados Unidos, era o povo, seguramente no cônsul de Württemberg, Kolb, não havia a mesma simpatia. Apesar disso, Kolb informou seu governo sobre a batalha de 30 de Abril nos seguintes termos:

“Este acontecimento teve [...] uma consequência completamente inesperada, que muito nos surpreendeu. Desde anteontem há, repentinamente, um enorme entusiasmo entre a massa popular que até agora havia assistido completamente apática; os trasteverinos, aliás, tomaram parte contra o clero abertamente e é de se prever que as numerosas barricadas bem construídas

Risorgimento. Guerre e insurrezioni. Turim: Einuadi, 1962, onde na p. 462 lemos que pelo sacrifício de sangue imposto, a República romana constituiu “o maior esforço de que o povo italiano, visto em seu conjunto, era então capaz”.

⁸³ O comovente comentário do diplomata norte-americano Lewis Cass sobre a “extrema defesa” feita pelos patriotas pela República romana está em *United States Ministers to the Papal States. Instructions and despatches 1848-1868*, edited with Introduction by L. F. Stock, American Catholic Historical Association, Washington, D. C., 1933, p.36. No que diz respeito à insolúvel questão se o governo dos Estados Unidos reconheceu ou não, primeiro e único estado daquele tempo, a República romana, e em geral, sobre a grande simpatia que esta conseguiu suscitar nos observadores de além-mar cfr. o fundamental *Gli Americani e la Repubblica Romana del 1849*, S. Antonelli (org.), D. Fiorentino, G. Monsagrati, Roma, Gangemi, 2000.

*serão defendidas. De repente, há um incompreensível espírito de guerra entre o povo, o que deve ter mudado completamente as previsões do exército francês desembarcado em Civitavecchia, de modo que o general Oudinot provavelmente escreveu para Paris para ter ordens de como se comportar e a seguir retirou-se para Civitavecchia*⁸⁴.

Sem dúvida, seria um tanto surpreendente a admiração de Kolb com relação ao apoio do povo à República romana: afinal de contas, Pio IX refugiou-se em Gaeta porque seu cautelossíssimo reformismo havia tropeçado no arcaico estado pontifício das dinâmicas políticas e sociais absolutamente incompatíveis com a existência de um estado teocrático e, com o assassinato de Pellegrino Rossi (15 de Novembro de 1848) — cujo programa de governo era para reformar em sentido liberal o estado pontifício e para defender o estatuto concedido por Pio IX, mas rejeitando, e até combatendo, as forças democráticas e evitando, ao mesmo tempo, empenhar-se na guerra pela independência nacional — pode-se realmente afirmar que o neoguelfismo tenha jogado e perdeda todas suas cartas⁸⁵. E se pode ser legítimo discutir se a fuga de Pio IX tinha sido um ato mais ou menos legítimo à luz do estatuto, não pode ser colocado em discussão que o Pontífice decidira-se a esse grave passo na consciência por ter perdido completamente, não apenas a ascendência sobre o povo que tanto contribuíra para sua efêmera fama de Papa liberal, mas também por ter perdido completamente o controle sobre o povo (como os gravíssimos tumultos de 16 de Novembro, em que o povo havia imposto um Ministério ao Pontífice, bem demonstravam)⁸⁶. Os eventos posteriores à fuga do Papa até a proclamação, em 9 de Fevereiro, da República romana⁸⁷, não serão,

⁸⁴ Despacho publicado em MOSCATI - R. *La diplomazia europea e il problema italiano nel 1848*. Florença, s.a. (1947), p. 145.

⁸⁵ Sobre a figura de Pellegrino Rossi e seu assassinato cfr. GIOVAGNOLI, R. - *Pellegrino Rossi e la rivoluzione romana su documenti nuovi*. Roma, 1898-1911, 3 vol.; GENTILE, M. Lupo - *P. Rossi ministro di Pio IX*. Florença, 1950; COLONNA, G. Brigante - *L'uccisione di Pellegrino Rossi*. Milão, 1938.

⁸⁶ SIMEONI, L. - *La fuga di Pio IX a Gaeta nella relazione del ministro di Baviera conte Spaur*. In "Rass. Stor. del Risorg.", 1932; DE CHAMBRUN, G. - *Un projet de séjour en France du Pape Pie IX*. In "Revue d' Histoire diplomatique", 1936. Sempre no que diz respeito aos acontecimentos que se seguiram à fuga de Pio IX para Gaeta cfr. também RUSCONI, G. - *La Repubblica Romana del 1849*. Turim, 1852; LETI, G. - *La Rivoluzione e la Repubblica romana, 1848-1849*. Milão, 1913; DEMARCO, D. - *Una rivoluzione sociale*, cit.

⁸⁷ Este é o decreto, redigido por Quirico Filopanti, com o qual à uma hora de 9 de Fevereiro de 1849, era solenemente proclamada, pela Assembleia Constituinte, a República romana: "Art. 1º - O Papado foi

no fundo, mais do que caracterizados pela cada vez mais marcada preponderância das forças democráticas e populares. Que a República gozasse efetivamente de um real e difundido consenso deveria ser, portanto, uma realidade completamente evidente até para os observadores mais desconfiados. No entanto, para fazer justiça completa às observações do cônsul de Württemberg, deve-se dizer que Kolb, mais do que estar admirado pelo apoio popular que a República romana conseguira obter, estava estupefato pela intensidade e qualidade desse consenso (“Desde anteontem há, repentinamente, um enorme entusiasmo entre a massa popular que até agora havia assistido completamente apática”): sinal inconfundível de que as forças democráticas, que depois da fuga de Pio IX tinham tomado cada vez mais as rédeas do ex-estado pontifício, não apenas haviam posto bruscamente término ao domínio temporal dos papas (que depois da frustrante experiência do pontificado de Pio IX tinha demonstrado ser completamente inconciliável até com as mais tímidas reformas e era, portanto, hostilizado por todos), mas também que essas forças democráticas tinham-se demonstrado efetivamente capazes de ligar, em um desenho coerente, as classes mais humildes com os destinos da República.

Ainda antes da proclamação da República, já estava claro que o fim do poder temporal do Papa Rei bastara para inaugurar um período de reformas impensáveis pouco tempo antes. Em Janeiro de 1849, a Comissão Provisória de Governo tomou uma série de medidas destinadas a demolir os fundamentos do antigo regime: abolição dos fideicomissos, abolição da faculdade de dispor em testamento por via fiduciária, que consentia ao clero fazer-se intérprete das últimas vontades do testamenteiro com os abusos que bem se pode imaginar, abolição do imposto sobre o trigo. Além disso, a Comissão Provisória de Governo, junto com essa obra de expurgo dos resíduos do regime papal, iniciou também a obra de edificação de um Estado moderno: foram reformados o processo civil e a marinha mercantil, foi decretada uma regulamentação mais moderna sobre a aposentadoria dos magistrados e dos funcionários públicos. Por fim, em 31 de Janeiro, foi promulgada a lei sobre a organização municipal, que, apesar de

destituído de fato e de direito pelo Governo temporal do Estado romano. Art. 2º – O Pontífice romano terá todas as garantias necessárias para a independência no exercício de seu poder espiritual. Art. 3º – A forma de governo do Estado romano será a democracia pura e tomará o glorioso nome de República romana. Art. 4º – A República romana terá com o resto da Itália relações que exigem a nacionalidade comum.” (Da p. 28 de MORIGI, M. *Gloria alla Repubblica Romana. Compendio de “La Repubblica Romana del 1849” di Giovanni Conti*. Ravenna: Edizioni Moderna – Ra, 1986).

não prever eleições dos representantes municipais por sufrágio universal, mas através de sufrágio censitário, representava um passo decisivo para a modernização do Estado, porque permitia, assim, administrações municipais eletivas e dotadas de alguma autonomia⁸⁸.

O período das grandes reformas devia, porém, esperar o advento da República. Sob o governo da República, foram extinguidos os tribunais de exceção, a censura da imprensa foi completamente abolida, foi retirada dos bispos a jurisdição sobre o ensino escolar e a universidade, foi dissolvido o Santo Ofício. No antigo estado romano, o clero gozava de imensos bens, avaliáveis em cerca de 120 milhões de escudos: o confisco desses bens, decidido em 21 de Fevereiro pela Assembleia romana, foi, depois da proclamação da República, o golpe mais decisivo infligido ao velho regime papal. Mas é em Abril, sob o triunvirato mazziniano, que esse confisco não se configura apenas como uma expropriação do clero, mas assume as vestes, decididamente revolucionárias pelas potencialidades de mudança sócio-política implícita na normativa, de reforma agrária⁸⁹. Em 15 de

⁸⁸ Com a República romana, aconteceu pela primeira vez no ressurgimento italiano o que muito mais tarde, no léxico do legislativo da comunidade europeia, será chamado o princípio de subsidiariedade, ou seja, conferir funções e responsabilidades às comunidades e organizações mais próximas aos problemas em referência, prevendo uma intervenção hierarquicamente superior (por exemplo o Estado Nação ou a comunidade europeia) somente no caso que as comunidades ou organizações hierarquicamente inferiores não sejam capazes de resolver por si próprias. Essa postura, na Constituição da República romana de 1849 (ver seção documental da presente comunicação) terá sua clara tradução no ponto VI dos Princípios Fundamentais da Constituição que diz textualmente: "Distribuição mais equânime possível dos interesses locais, em harmonia com o interesse político do Estado é a norma da distribuição territorial da República", exatamente o princípio de subsidiariedade, como não poderia ser melhor explicitado. Sobre a subsidiariedade como princípio inspirador da República romana, fala explicitamente MANZI, I. - *L'attività costituente e la Costituzione*. In SEVERINI, M. (org.) - *La primavera della nazione*. cit., pp.125-161, mas em sentido mais geral e não estritamente legislativo, temos toda a mais recente e qualificada produção científica que indica a República romana como o primeiro e mais importante momento do ressurgimento pela ativação a partir de baixo de formas de sociabilidade e participação que teria posteriormente caracterizado a mobilização política tardo oitocentista. A este respeito, verificar RIDOLFI, M. - *Associazionismo e forme di sociabilità nella società italiana fra '800 e '900: alcune premesse di ricerca*. In "Bollettino del Museo del Risorgimento", Bolonha, 1987; VARNI, A. - *I caratteri originali della tradizione democratica*. In *Storia d'Italia. Le regioni dall'Unità a oggi. L'Emilia Romagna*. Turim; Einuadi, 1997, pp.553-575; VARNI, A. (org.) - *Il 1848. La rivoluzione in città*. Bolonha: Costa, 2000; BALZANI, R. - *Consenso patriottico o consenso repubblicano? La Repubblica Romana a Forlì*. In *Politica in periferia. La Repubblica Romana del 1849 fra modello francese e Municipalità romagnola*, MATTERELLI, S. (org.). Ravenna: Longo, 1999, pp.11-27.

⁸⁹ Sobre o papel de Mazzini no âmbito de uma República romana cuja marca foi a subversão das disposições sócio-econômicas do estado da igreja, cfr. GHISALBERTI, A. M. - *Mazzini e la repubblica dei romani*, Número especial do Cinquentenário de "Il Risorgimento", Ano L (1998), n. 2/3, pp. 103 - 122 (originalmente sempre publicado ivi, 1952, pp. 6-27) e FERRI, M. - *Mazzini uomo di governo*, in *Pensiero e azione: Mazzini nel movimento democratico italiano e internazionale*, *Atti del LXII Congresso di storia del Risorgimento italiano*, Genova, 8-12 Dicembre 2004, BONANNI (org.), *Istituto per la storia del Risorgimento italiano*. Roma: 2006, p. 54.

Abril, era tomada a primeira medida para a reforma agrária, na qual se dispunha que “uma grande quantidade dos bens rurais provenientes das corporações religiosas e outras mãos-mortas de qualquer espécie” devia ser subdividida para serem concedidas ao cultivo por famílias mais pobres. A reforma agrária era depois completada em 27 de Abril — poucos dias antes do desastroso ataque pelas armas francesas ordenado por Oudinot —, emanando uma normativa para concessão de terras que dizia o seguinte:

“Art. 1. Cada família, composta de pelo menos três indivíduos, terá para cultivar uma quantidade de terra suficiente para o trabalho de uma parelha de bois, correspondente a um bom rúbio romano, isto é, dois quadrados censuários, equivalente a vinte mil metros quadrados. Art. 2. As vinhas serão dadas para cultura individual sem que seja solicitada família, e serão divididos em razão da metade da medida indicada”⁹⁰.

Com isso, pensamos ter justificado o incompreensível espírito de guerra que havia se apossado repentinamente do povo. O povo, depois de séculos de submissão e servidão ao poder eclesiástico, reconhece finalmente, no poder democrático da República, o seu governo, atento e solícito em uma concreta perspectiva produtiva às instâncias de real democratização do estado e ao aliviar de fato — não com esmolas, como acontecia sob o Papa Rei — os sofrimentos dos mais fracos. O povo compreende imediatamente que a República é sua ocasião histórica única para destruir os privilégios de casta, para construir um regime em que Justiça social signifique possibilidade de por em execução atividades realmente úteis para a sociedade, desvinculando-se assim do círculo infernal de requerimentos de favoritismos arbitrários ou, pior, da muito duvidosa liberdade de pedir socorro diante das igrejas. O povo entendeu definitivamente que os democratas que chegaram ao poder pretendiam realmente construir uma nova ordem em que a riqueza fosse fruto apenas do trabalho. Por essa República o povo está disposto a combater e morrer⁹¹.

⁹⁰ CANDELORO, G. - *Storia dell'Italia moderna*, III, *La Rivoluzione Nazionale (1846-1849)*. Milão: Feltrinelli, 1979 (1ª edição 1960), p. 430.

⁹¹ Sobre a importância da República romana como momento de reviravolta que deixara sua marca em todos os acontecimentos sucessivos da história italiana, está particularmente convencido

A batalha de 30 de Abril, além de revelar ao mundo o espírito combativo da República romana, também teve o efeito de suscitar em Paris a ira da Assembleia Nacional, que havia aprovado a expedição, mas não com grande maioria (444 votos a favor contra 320 contrários), e com uma ordem do dia propositadamente ambígua que escondia as reais intenções de reintegrar o Pontífice. A ordem do dia de 31 de Março de 1949, dizia o seguinte:

“A Assembleia Nacional declara que, se para melhor garantir a integridade do território piemontês e melhor tutelar os interesses e a honra da França, o poder executivo acreditasse dever apoiar suas tratativas com a ocupação parcial e temporária de um ponto qualquer da Itália, encontraria na Assembleia Nacional o concurso mais sincero e mais pleno”⁹².

Uma ordem do dia em que estava claramente manifesta a preocupação francesa de limitar, depois da derrota de Novara, o super poder da Áustria sobre a Itália — essa preocupação condizia plena e legitimamente com o âmbito tradicional da política externa francesa, voltada para contrabalançar a influência austríaca sobre a península — mas onde era cuidadosamente escondida a intenção que a legitimação diante da Europa reacionária da intervenção francesa deveria passar através da supressão da República irmã e do restabelecimento do poder temporal do Papa. Mas reintegrar o Papa não respondia apenas às exigências de legitimação com relação às potências reacionárias. A derrubada da República romana também ia de encontro às exigências do recém-eleito presidente da República francesa, o príncipe Luís Napoleão, ansioso para restaurar o império e por isso necessitado do apoio de uma força conservadora como o exército, o instrumento principal para uma política de glória militar, e das forças clericais, as únicas capazes de garantir no interior a paz social indispensável para levar a bom fim os ambiciosos projetos do príncipe presidente.

Mesmo se a batalha de 30 de Abril havia dirimido todas as ambiguidades residuais sobre o objetivo da expedição francesa suscitando a ira da Assembleia

LOTTI, L. - *La nazione dei democratici*. In *La rivoluzione liberale e le nazioni divise*, BALLINI, P. L. (org.) - *Istituto Veneto di Scienze*. Lettere ed, Veneza: Arti 2000, pp. 305-313.

⁹² CANDELORO, G. - cit., pp. 436 – 437.

Nacional, a discussão que se seguiu não produziu resoluções muito mais unívocas das adotadas em 31 de Março. Em 7 de Maio de 1849, na conclusão do debate parlamentar, foi aprovada, com 388 votos a favor e 241 contra, a seguinte moção: “A Assembleia Nacional convida o governo a tomar, sem demora, as providências necessárias, para que a expedição da Itália não seja mais uma vez desviada do objetivo que lhe havia sido designado”⁹³. Através dessa moção, o Governo de Paris conseguia superar incólume o obstáculo da Assembleia não se comprometendo com relação às modalidades de prosseguimento da expedição e conseguia, além disso, ganhar tempo na espera das eleições para a nova Assembleia Legislativa, que se previa, e realmente foi, muito mais conservadora e disposta a atender as intenções imperiais de Luis Napoleão do que aquela que estava para se dissolver. Para tornar ainda mais crível a falsa impressão de um comportamento menos militar e mais político na questão romana e para ganhar mais um tempo precioso em vista da referida e desejada mudança das relações de força na Assembleia e para reforçar, com o envio de novas tropas, o contingente de Oudinot, o governo de Paris decidia enviar um diplomata para iniciar contatos com o Governo de Roma.

O diplomata francês era Ferdinando de Lesseps, um homem cujo nome merece ser transmitido à posteridade, não pelo resultado infeliz (mesmo se em grande parte isento de culpa) de sua missão romana, mas pela abertura do canal de Suez. Um resultado infeliz que também não foi sem culpa, porque Lesseps foi cuidadosamente mantido no escuro das reais intenções de Paris mesmo se, é preciso dizer, as ambíguas instruções que lhe haviam sido entregues na partida por Drouyn de Lhuys poderiam ter feito surgirem algumas dúvidas sobre a real natureza de sua missão, pois mesmo autorizando o enviado francês a encetar conversas com as novas autoridades republicanas romanas, dessas conversas não deveria sair uma legitimação francesa para estas, para não despertar suspeitas da Santa Sede e da Áustria.

Chegando a Roma em 15 de Maio, Lesseps conseguiu, entretanto, persuadir Oudinot, ansioso para retomar as hostilidades, conceder aos romanos uma trégua de 20 dias. Além disso, logo considerou indispensável verificar pessoalmente o real apoio de que gozava a República. Os boatos que havia recolhido em Paris eram todos contra a nova ordem democrática. Esses, em resumo, sustentavam que os romanos eram totalmente alheios e contrários à República

⁹³ *Ibidem*, p. 442.

e que a responsabilidade de toda a sublevação deveria ser atribuída à provocadores estrangeiros (entendendo, obviamente, por estrangeiros os patriotas não romanos). Andando por Roma, Lesseps entendeu imediatamente quanto essa representação dos fatos estava distante da realidade. Antes de mais nada, os romanos não estavam nada alheios ou contrários à República, aliás, mostravam abertamente apreciar a liberdade política e os benefícios materiais, fruto da democratização do estado. E se a contribuição dos patriotas não romanos havia sido importante na evolução dos eventos, eles não eram realmente julgados estrangeiros em Roma, além do mais, gozavam da simpatia e do incondicional apoio de toda a população. Além disso, quase todos os estratos da população demonstravam uma irredutível aversão ao governo dos padres e ao retorno do poder temporal do Papa. Foi tão forte a impressão despertada em Lesseps, e tão profundamente tinham sido desmentidos os boatos parisienses, que no dia seguinte à inspeção da cidade, o diplomata francês dirigindo-se a seu Ministro do Exterior e ao general Oudinot teve o atrevimento de se exprimir nesses termos:

“Vejo – escrevia Lesseps – uma cidade inteira em armas, parece-me uma população decidida à resistência, e, rejeitando qualquer cálculo exagerado, creio que se deva avaliar em 25 mil os combatentes de fato. Se entrarmos com viva força em Roma, não apenas passaremos sobre cadáveres de aventureiros estrangeiros, mas deixaremos no chão burgueses, lojistas, jovens de boa família, em resumo, todas as classes que defendem a ordem e a sociedade em Paris.”

Não obstante o contato direto com a realidade tivesse feito com que Lesseps compreendesse a verdadeira natureza da revolução romana, e apesar da evidente simpatia que refluía da carta por esse motivo, o diplomata francês não renunciou, nos primeiros dias de sua missão, tramar por uma restauração papal mitigada pelas mais avançadas disposições liberais. Falidos esses objetivos e também as tentativas de indispor a Assembleia Romana contra o Triunvirato, Lesseps, que queria conseguir pelo menos um sucesso diplomático, acertou finalmente com Mazzini o seguinte acordo, aprovado pela Assembleia Romana em 31 de Maio:

“1. O apoio da França é assegurado às populações dos Estados romanos. Estes consideram a armada francesa como uma armada amiga que vem para contribuir para a defesa de seu território. 2. De acordo com o governo romano, e sem nada intervir na administração do país, a armada francesa adotará acampamentos externos convenientes tanto para a defesa da cidade quanto para a salubridade das tropas. As comunicações serão livres. 3. A República francesa garante contra qualquer invasão estrangeira o território ocupado por suas tropas. 4. Fica acertado que o presente acordo será submetido à ratificação do governo da República francesa. 5. Em nenhum caso, os efeitos do presente acordo poderão cessar antes de 15 dias depois da comunicação oficial de não ratificação”⁹⁴.

Este acordo constituía o triunfo da política mazziniana de esperar os eventos e não chegar imediatamente a uma batalha final com a República francesa. Mas os eventos, apesar das brilhantes aparências do acordo com Lesseps, já estavam maduros para decretar o final violento da República romana: na França, as eleições para a Assembleia Legislativa fizeram com que as forças conservadores e clericais vencessem, e assim o Governo francês, desmentindo Lesseps, podia finalmente sair da ambiguidade e retomar sem mais fingimentos para a via da violência contra a República romana. A situação se precipita. Em primeiro de Junho, Lesseps recebe uma mensagem de seu Ministro do Exterior que o informa do fim de sua missão e ordena que ele volte logo para Paris. Com outro despacho, sempre da parte do Ministro do Exterior, ordena-se a Oudinot para entrar em Roma com seu exército, quanto antes possível⁹⁵.

Na véspera da retomada das hostilidades, o contingente francês dispunha de 35.000 homens e 75 canhões. Além disso, era composto pelas melhores tropas da Europa, a maior parte já treinada na dura guerra da Argélia. Último elemento para definir a esmagadora superioridade militar francesa, essas tropas podiam ser reabastecidas pela pátria via mar. Contra esse poderoso instrumento de guerra, a República podia arregimentar cerca de 19.000 homens, dos quais apenas 12.000

⁹⁴ *Ibidem*, pp. 442-443.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 443.

regulares. Dos voluntários que se ofereciam para defendê-la, cerca de 350 eram estrangeiros, em sua maior parte poloneses, e 1.800 italianos não provenientes do Estado Pontifício. Com seus cerca de 100 canhões, a artilharia superava em número de bocas de fogo a dos franceses, mas era uma superioridade somente quantitativa porque se tratava de pequenos calibres e em boa parte dificilmente utilizáveis por causa do mau estado.

Em primeiro de Junho, o general Oudinot informou os Triúmviros que para dar tempo aos residentes franceses de abandonar Roma “o ataque à cidade” seria iniciado na manhã de 4 de Junho. Mas, faltando com a palavra dada, nas primeiras horas da manhã de 3 de Junho, os franceses ocupam traiçoeiramente Villa Pamphili, Villa Corsini e tomam posições perto de Porta S. Pancrazio. Aos indignados protestos dos romanos que denunciam a quebra da palavra dada, Oudinot replicou que as posições ocupadas eram muito externas para poder serem consideradas como praça de armas⁹⁶.

Mesmo tendo sido colhido de surpresa, o exército romano, sob o comando de Bartolomeo Galletti e Giuseppe Garibaldi, tentará durante todo o dia, com furiosos ataques, recuperar as posições perdidas. Três vezes seguidas Villa Corsini foi tomada e perdida pelos romanos, que ao final tiveram cerca de 500 mortos e feridos. Nos furiosos combates daquele dia, caíram, entre outros, Angelo Masini (dito Masina), Enrico Dandolo e Francesco Daverio. Goffredo Mameli foi gravemente ferido em uma perna e morrerá por causa da gangrena em 6 de Julho. Os dias que se seguiram foram marcados por pequenas escaramuças e batalhas entre as artilharias. Em 13 de Junho, a artilharia francesa inicia um bombardeio maciço das posições romanas e também da cidade, bombardeio que crescerá de intensidade nos dias seguintes; depois da obra de demolição feita nas defesas romanas pelos canhões franceses, em 21 e 22 de Junho, os assaltantes conseguem levar a melhor sobre a primeira linha de defesa, constituída pela muralha de Urbano VIII. Apesar das defesas terem sido seriamente atacadas, os romanos conseguem formar uma segunda linha baseada em posições sobre uma parte das Muralhas Aurelianas e na manutenção do posto avançado de Vascello, defendido pela legião Médici. Nos dias seguintes, apesar dos franceses fazerem um violento rodízio nos bombardeios da Urbe, os romanos endurecem e não

⁹⁶ *Ibidem*, p. 445.

renunciam a manter a segunda linha de defesa e de Vascello. Ao amanhecer de 30 de Junho, os franceses iniciam uma ofensiva geral e, próximo do meio-dia, quase toda a segunda linha cai nas mãos dos inimigos. Neste dia funesto para o exército romano, caíram cerca de 400 italianos, entre os quais Luciano Manara, na defesa de Villa Spada.

Na tarde de 30 de Junho, Mazzini pediu a palavra na Assembleia romana para comunicar as últimas possibilidades de resistência. Em síntese, o Triúnviro, ostentando otimismo desesperado, comunicou à Assembleia que, apesar dos indiscutíveis sucessos franceses, a defesa da cidade ainda era possível. No caso desta se tornar completamente impraticável, segundo Mazzini, não restavam mais do que três possibilidades: a capitulação, a defesa da cidade de barricada em barricada e a saída de Roma com o exército, a Assembleia e o governo transferindo a guerra para outro lugar. Mas somente a última das três possibilidades, segundo Mazzini, respondia adequadamente às exigências da revolução italiana e da honra. Um repentino silêncio envolveu a sala depois dessas palavras. Muitos sentiram que as últimas esperanças de Mazzini de defender a cidade espelhavam mais um movimento desesperado da vontade do Triúnviro do que uma análise lúcida de sua parte. Antes de tomar qualquer decisão, a Assembleia quis ouvir o parecer de Garibaldi.

Considerando a defesa da cidade impossível, Garibaldi advogou diante da Assembleia, a ideia, já exposta por Mazzini, de saída da República da cidade para levar onde fosse possível a guerra de independência nacional. Se o apoio de Garibaldi à ideia de saída da cidade não bastara para convencer a Assembleia de sua praticidade, a impiedosa análise militar do general, confirmando os piores temores já surgidos durante a intervenção de Mazzini, teve de fato o efeito de enfraquecer qualquer vontade de resistência. No final, foi aprovado um decreto que dizia: “Em nome de Deus e do povo. A Assembleia Constituinte cessa uma defesa tornada impossível e fica em seu posto”⁹⁷.

A Assembleia quis, em seguida, encarregar Mazzini, que nesse meio tempo afastara-se furioso da sessão porque já antes do voto havia entendido que seu projeto de levar a guerra para outro lugar não teria sido aprovado, de transmitir essa decisão a Oudinot. Indignado,

⁹⁷ *Ibidem*, p. 448.

*“Mazzini respondeu enviando sua demissão e as dos outros triúnviros. A Assembleia, por isso, declarou os triúnviros demissionários beneméritos da pátria e elegeu um novo Triunvirato, composto por Alessandro Calandrelli, Livio Mariani e Aurelio Saliceti”*⁹⁸.

Enquanto a Assembleia romana tomava as graves deliberações que prenunciavam a rendição, Garibaldi reunia a maior parte das tropas, todos os que não pretendiam depor armas, na Piazza S. Pietro. Perto das 20 horas daquele dia convulso, Garibaldi sai pela Porta S. Giovanni com cerca de 4.000 homens, 800 cavalos e poucos canhões. Ao seu lado estão a esposa Anita, Ugo Bassi e Ciceruacchio. A coluna de Garibaldi, ameaçada constantemente pelas tropas austríacas, que enquanto se desenvolviam as hostilidades com os franceses haviam penetrado em profundidade no território pontifício, vaga por um mês na Itália central até que, em 31 de Julho, tendo entrado com o que restava de suas tropas em S. Marino, Garibaldi decide dissolver a coluna. O que acontecerá depois (o salvamento de Garibaldi por obra da “Trafila romagnola”, a morte de Anita em Mandriole, o fuzilamento pelos austríacos de Ugo Bassi em Bolonha e de Ciceruacchio e seu filho em Polesine) constitui uma das páginas mais dramáticas e épicas do Ressurgimento italiano.⁹⁹ Todavia, com a dissolução da coluna decidida por Garibaldi em 31 de Julho, acabava o sonho de levar a guerra para fora de Roma e desmoronavam definitivamente as ilusões de subverter apenas com a força de vontade e o heroísmo aquilo que a batalha no campo já havia decidido.

Mas com o fim das ilusões de poder sublevar a Itália com o que restava das forças da República dispostas a lutar, o balanço da República não fechava negativo. Já falamos sobre as reformas destinadas a fazer uma democratização radical do estado e intervir profundamente no tecido sócio-econômico, assim como também destacamos que a inesperada e muito áspera resistência oposta às tropas de Oudinot dependeu em grande parte da capacidade da República e de seus governantes, Mazzini antes de todos, de suscitar as esperanças em um

⁹⁸ *Ibidem*, p. 448.

⁹⁹ Sobre o fuzilamento de Ciceruacchio e Ugo Bassi e sobre a “Trafila romagnola”, organização surgida de baixo para salvar Garibaldi, é imprescindível, inclusive pela vastíssima bibliografia sobre as últimas fases da fuga do General, *La Romagna e Garibaldi*. Ravenna: Longo, 1982.

futuro melhor, que não era para ser esperado no reino dos céus como pretendia o regime passado, mas que se iniciava no tempo presente, graças à mobilização e colaboração de todas as forças e de todas as classes produtivas da sociedade. Assim, a República romana não somente ia solicitamente de encontro às urgentíssimas necessidades materiais das classes mais humildes, mas, ainda mais importante, operava um decidido despertar de suas consciências, que por séculos o domínio temporal dos papas havia tentado submeter e apagar. Tratava-se, no fundo, do grande princípio mazziniano da educação do povo, que com a República romana teve pela primeira vez na história a oportunidade de se manifestar eficazmente e mostrar todo seu real alcance revolucionário de incidir, antes de tudo, no espírito dos homens.

Mas as reformas aprovadas pela Comissão Provisória de Governo antes e em regime republicano depois, não constituem o único legado moral da República. No dia seguinte aos lutuozos eventos de 30 de Junho, a Assembleia terminou a discussão de todos os artigos da nova Constituição. Em 3 de Julho, ao meio-dia, a nova Constituição foi promulgada solenemente da sacada do Campidoglio. Poucas horas depois da proclamação da Constituição, à tarde, as tropas francesas entram em Roma. Grande multidão assiste a cena, estouram aqui e ali algumas pancadarias, as tropas atiram contra os espectadores para dispersar a manifestação; alguns reacionários que haviam demonstrado na rua sua felicidade com a entrada dos franceses são apunhalados ou espancados¹⁰⁰. Em 4 de Julho, enquanto ainda acontecem demonstrações hostis e alguns soldados franceses são feridos, uma patrulha francesa comandada pelo coronel Lamarre invade a sala da Assembleia e ordena seu fechamento. A Assembleia, presidida por Carlo Bonaparte, primo do presidente da República francesa, e secretariada por Quirico Filopanti, o redator do decreto fundamental que havia anunciado ao mundo o nascimento da República e o fim do poder temporal dos papas, entregou a Lamarre este último protesto da República moribunda:

“Em nome de Deus e do povo dos estados romanos, que livremente com sufrágio universal elegeu seus representantes; em conformidade também com o artigo quinto da Constituição francesa; a Assembleia Constituinte Romana

¹⁰⁰ CANDELORO, G. - *op. cit.*, p. 449.

*protesta, diante da Itália, diante da França, diante do mundo civilizado, contra a violenta invasão de sua sede, feita pelos exércitos franceses, às seis horas da tarde do dia 4 de Julho de 1849*¹⁰¹.

Aprovada em 2 de Julho, sob o estrondo dos canhões inimigos e a iminente entrada dos franceses na Urbe, e proclamada solenemente pelo Campidoglio em 3 de Julho, para demonstrar que as tropas de Oudinot, que no mesmo dia estavam iniciando a ocupação da cidade, não podiam impedir a Roma republicana de desempenhar até o fim seu papel pela Democracia e pela liberdade da Itália, a Constituição da República romana representou politicamente o momento mais alto de toda a revolução de 1848¹⁰². Com exceção da Constituição siciliana, de 10 de Julho de 1848, foi a única constituição italiana a não ser outorgada¹⁰³ (isto é, a não ser generosamente concedida pelo soberano) e a ser preparada, discutida e aprovada por uma Assembleia cujos membros tinham sido eleitos democraticamente, mas, ainda mais importante, distinguindo-se

¹⁰¹ SEVERINI, M. - *Nascita, affermazione e caduta della Repubblica Romana*. In SEVERINI, M. (org.) - *La primavera della nazione*, cit., pp. 119-120.

¹⁰² Para CANDELORO, G. - cit., p. 451, “A República Romana representou a ponta mais avançada da revolução de 1848 na Itália, inclusive pela Constituição que a Assembleia romana proclamou solenemente no momento em que os franceses entravam em Roma para mostrar ao mundo não faltar com sua função constituinte e para deixar à Itália um testemunho de seu ideal democrático”. A mesma opinião exprime, pelo documento em seu conjunto, GHISALBERTI, C. - *Storia costituzionale d'Italia 1848/1948*. Roma-Bari: Laterza, 1955. Para FERRI, M. - *Costituente e costituzione nella Repubblica romana del 1849*. In “Diritto e società”, 1989, p. 37, é exatamente do primeiro dos oito princípios fundamentais da Constituição (“A soberania está, por direito eterno, no povo. O povo do Estado Romano está constituído em República democrática.”), que se depreende a superioridade da Constituição da República romana sobre todas as outras surgidas em 1948.

¹⁰³ Como escreve MANZI, I. - *L'attività costituente e la Costituzione*. In SEVERINI, M. (org.) - *La primavera della nazione*, cit., pp. 147- 148 : “[Nas] Cartas de natureza outorgada, [...] os soberanos concedentes ilustravam, de modo paternalista, o espírito e as características das concessões feitas, acentuando particularmente a modernidade e magnanimidade que os havia induzido a autolimitar voluntariamente seus poderes absolutos através da promulgação de um documento constitucional, concedido, na verdade, mais para conter os protestos e as pressões populares que por efetiva convicção. O empenho do soberano associava-se ao adjetivo “irrevogável” ou “fundamental” com relação ao texto constitucional, celebrando, desta forma, a promessa solene de mantê-lo em vigor e sua superioridade sobre qualquer outra lei ordinária. Nas intenções dos soberanos concedentes, os novos Estatutos representavam, assim, a conclusão de um processo de evolução política iniciada com a Monarquia administrativa, evoluído para a Monarquia consultiva e concluído com a promulgação de textos constitucionais autolimitativos, de conteúdo genérico e elástico [...]. Comparada com tal panorama constituinte, a promulgação da Constituinte romana de 1849, fruto da livre escolha de uma Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal, tinha efeitos ainda mais explosivos: expressão de um regime republicano, pronta para substituir o preâmbulo paternalista por uma série de princípios fundamentais, de direitos e deveres básicos da vida republicana, seguidos de normas que projetavam uma estrutura institucional de ordem democrático-parlamentar.”

assim de todas as Cartas fundamentais surgidas no clima de 1848 (incluindo a Constituição siciliana), a Constituição da República romana foi a única daquele período a não declarar o catolicismo religião de estado (de fato, o sétimo princípio da Constituição estabelecia: “O exercício dos direitos civis e políticos não depende da crença religiosa.”)¹⁰⁴. O quarto princípio, de nítida inspiração mazziniana, afirmação da nacionalidade italiana comum e por isso desafio direto aos arrogantes agressores da República, dizia o seguinte: “A República considera todos os povos como irmãos, respeita todas as nacionalidades, defende a italiana”. O terceiro princípio estabelecia um cauteloso empenho social (“A República através das leis e das instituições promove a melhoria das condições morais e materiais de todos os cidadãos.”), mas, como destacamos anteriormente, a concreta atividade reformista mostrada pela República no brevíssimo tempo que teve à disposição, foi bem além da inexpressiva formulação do terceiro princípio. A Constituição, composta por oito “Princípios Fundamentais”, dos quais mostramos os mais significativos, e de 69 artigos, estabelecia no artigo 5º a prescrição da pena de morte e nos artigos 17º, 18º, 19º e 20º fixava as modalidades para as eleições da Assembleia a cada três anos com sufrágio universal direto e público (o fato de que o voto devesse ser também público revela fortes reminiscências jacobinas). Além disso, mais uma confirmação das preocupações sociais da República, para também permitir aos menos abastados desenvolver, livres de preocupações econômicas, seu

¹⁰⁴ Aliás, em sua severidade, o sétimo princípio fundamental da Constituição da República romana é, a nosso ver, preferível ao artigo 3º da Constituição da República italiana, artigo heterogêneo em que não se estabelece apenas a liberdade de religião, mas também o empenho da República para o desenvolvimento moral, civil e político dos cidadãos e contra qualquer discriminação de “sexo, raça, língua, religião, opinião política, condições pessoais e sociais”. Todos princípios sacrossantos, mas que “agrupados” em um só artigo disputam um “espaço semântico” com a liberdade de religião. Também o oitavo princípio fundamental da Constituição da República romana, que designa um autêntico Estado laico, é muito mais avançado e visionário do que o art. 7 da Constituição da República italiana (que textualmente diz: “O Estado e a Igreja católica são, cada um em sua competência, independentes e soberanos. Suas relações são reguladas pelos Pactos Lateranenses. As alterações dos Pactos, aceites pelas duas partes, não necessitam de procedimento de revisão constitucional.”). Qualquer comentário é supérfluo e aparece apenas no final para acrescentar que quando justamente se fala da Constituição da República romana como precursora do atual texto constitucional (como, por exemplo, in CAPALDO, A. V. - *La Repubblica Romana e il problema della Costituente italiana nel 1849-1849*. Florença: L'Autore Libri, 2000, p. 128), talvez fosse melhor inverter idealmente a relação de primazia, que subliminarmente, em razão da cronologia (em que o último estágio derivado de um processo é considerado sempre melhor e “mais moderno”) e da atual situação histórica da Itália (uma Constituição que, apesar de denunciar sua idade, justamente em razão da falta recíproca de legitimação e da clivagem direita/esquerda ainda é insubstituível), está ligada à atual Constituição da República italiana.

mandato, uma vez eleitos pela Assembleia, o artigo 28º dispunha que “Cada representante do povo recebe uma indenização à qual não pode renunciar.”

Com este sucinto exemplo da Carta Fundamental com a qual a República decidiu despedir-se da história e que representa a síntese suprema de sua breve existência, entendemos ter concluído a demonstração da impraticabilidade de uma análise categórica da história italiana, uma pálida visão de nosso passado recente que veria de um lado um povo distante dos ideais ressurgimentais e de outro as forças democráticas cuja derrota teria sido, desde o início, marcada exatamente por ter privilegiado, sobre temáticas sociais, a luta pela independência do País e pelo seu futuro ordenamento político-institucional. A República romana foi, por outro lado, a vitoriosa tentativa dos democratas de expandir a esfera dos direitos colocando as bases de um novo pacto de cidadania em que a luta pela independência nacional e a unidade do País fosse intimamente ligada a uma efetiva melhoria material e moral de toda a sociedade. Sob esse ponto de vista, notamos então que também na Itália, como no resto da Europa, o conceito de cidadania definiu-se historicamente como lugar de encontro entre um forte senso de identidade nacional e os direitos e deveres que garantiriam a vitalidade do novo País que devia surgir (ou melhor, ressurgir), mesmo se com o fim da República romana a solução do problema italiano passava inevitavelmente para as mãos dos moderados, que em pouco mais de 20 anos conseguiriam realizar a unificação do País, mas a preço de uma substancial insensibilidade às melhores instâncias de renovação. A entrada dos franceses em Roma não assinalou apenas uma grave derrota dos democratas, mas constituiu, sem dúvida, a morte moral diante da Europa liberal do Papa Rei e de tudo o que ele havia representado. Mesmo se com as cicatrizes do moderantismo, mesmo se duramente insensível às classes menos tuteladas, o pacto de cidadania, que seria definido nos anos seguintes, não podia deixar de levar em conta pelo menos a necessidade da laicidade do estado, uma escolha que somente a inesquecível e trágica experiência da República romana podia determinar sem possibilidade de apelação. E o final violento da República romana não foi apenas fatal para o Papa Rei e para os retrógrados sonhos neoguelfos.

Ao unir seu destino pessoal à defesa de um poder teocrático e que agora estava condenado por toda uma Europa liberal, Luís Napoleão não só anulava a ascendência que a partir de 1789 a França tinha exercitado sobre todos os

outros países, mas também a lançou em um de seus mais terríveis desastres militares. Em 1870, a França, diante do iminente choque com a nova Alemanha, teria podido valer-se do apoio da Itália e da Áustria, desde que deixasse a Itália ter acesso a Roma, mas a França não quis aceitar essas condições. O resultado foi o desastre de Sedan e o exílio para Napoleão III destronado.

Na sessão de 12 de Fevereiro de 1849, a Assembleia Romana promulgou um decreto que dizia: “As leis serão promulgadas, e a Justiça será feita, Em nome de Deus e do Povo. Os atos públicos trarão o timbre da República romana, e começarão com as palavras: Em nome de Deus e do Povo”¹⁰⁵. Era, por parte dos democratas, não só uma explícita homenagem e um convite a Mazzini para voltar para Roma (ele chegaria em Roma somente em 5 de Março), mas também a claríssima indicação de que a República, além da aceitação dos postulados teológicos do Mestre, não reconhecia mais ao papado qualquer autoridade temporal e que por isso a faculdade de legitimação política passara agora para o povo e para a livre consciência do homem. Certamente, o novo pacto de cidadania da República romana não poderia se apoiar sobre bases mais sólidas.

¹⁰⁵ MORIGI, M. - *op. cit.*, p. 34.